

*António
Paulo
Pereira*



AMBIENTE EM SA • GUIMARÃES

RELATÓRIO E CONTAS

2017



ÍNDICE

Handwritten signature:
Frost
Paulo de Matos

A EMPRESA	3
MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS	4
ORGANOGRAMA	4
ORGÃOS SOCIAIS	5
ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	6
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	17
AÇÕES PRÓPRIAS	17
AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A VITRUS E OS SEUS ADMINISTRADORES	18
PERSPETIVAS FUTURAS	19
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
ANEXOS	25

// A EMPRESA

Handwritten signature:
Fmily
Parigolepater

A VITRUS AMBIENTE, EM, SA enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a VITRUS assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL].

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.

// MISSÃO, VISÃO E VALORES

A VITRUS tem como missão a recolha e transporte dos resíduos urbanos contentorizados, a limpeza e higiene dos edifícios públicos onde estão instalados serviços municipais e a gestão do estacionamento urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A VITRUS assenta toda a sua ação nos seguintes valores:

VERACIDADE – as ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

INOVAÇÃO – com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

TRANSPARÊNCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os stakeholders;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

Handwritten signature
Luiz Gonzaga
Macedo

// AÇÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICAS

No exercício das suas funções, a VITRUS pretende obter elevados níveis de eficácia e eficiência, melhorando continuamente o seu desempenho de forma a alcançar a satisfação plena do seu acionista único, clientes, fornecedores, colaboradores e demais interessados.

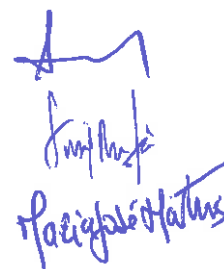
Assente nos valores, queremos assumir e demonstrar o importante papel que a nossa atividade representa no desenvolvimento local e na melhor qualidade de vida que proporciona aos munícipes do nosso concelho.

Em todas as ações que concretiza, a VITRUS pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

// ORGANOGRAMA



// ORGÃOS SOCIAIS


António José Martins

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa

Município de Guimarães, representado pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vitor Oliveira

Secretária

Mónica Félix

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Sérgio Alberto Castro da Rocha

Administrador Executivo

Daniel José Silva Pinto

Administradora Não Executiva

Maria José Teixeira Martins

FISCAL ÚNICO

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações



// ÁREAS DE SERVIÇO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

No ano de 2017 a VITRUS manteve a sua atuação, de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, direciona-se para dois grandes serviços de interesse geral: **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público.**

O primeiro serviço – Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública – desagrega-se em: I) Recolha e Transporte de Resíduos Indiferenciados; II) Limpeza de Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros e III) Gestão e Operacionalização do Sistema PAYT no Centro Histórico de Guimarães.

O segundo serviço – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público – desagrega-se em: I) Parques Públicos e II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Uma outra atividade onde a empresa atua é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado por um período de três anos, através de contrato de prestação de serviços, comumente designado *"in house"*.

SERVIÇO I

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

Esta área continua a ser a mais representativa e com maior peso em toda a estrutura da empresa.

Este serviço continua a ser aquele que, por estar na génese da criação própria empresa, se traduz como de maior importância e grande responsabilidade para garantir as melhores condições de higiene urbana e pública no nosso concelho.

Para que a satisfação do utilizador final atinja níveis elevados, desenvolvemos todos os esforços por forma a garantir um serviço capaz e eficiente.

// RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

Nesta vertente, continuamos a desenvolver esforços de forma a ter um serviço capaz, tendo como preocupação máxima a satisfação da população abrangida por este serviço, visando para o efeito todas as condições de salubridade públicas implícitas.

No ano em análise continuamos com um forte investimento em obras de melhoramento das condições nas instalações que arrendamos e que servem de estaleiro de apoio a todo o funcionamento deste serviço, na aquisição novos de contentores de resíduos urbanos indiferenciados [enterrados e semienterrados] e na requalificação de todos os contentores já instalados, por forma a sensibilizar a população para uma melhor utilização deste tipo de equipamentos.

↑
Emprego
Pública

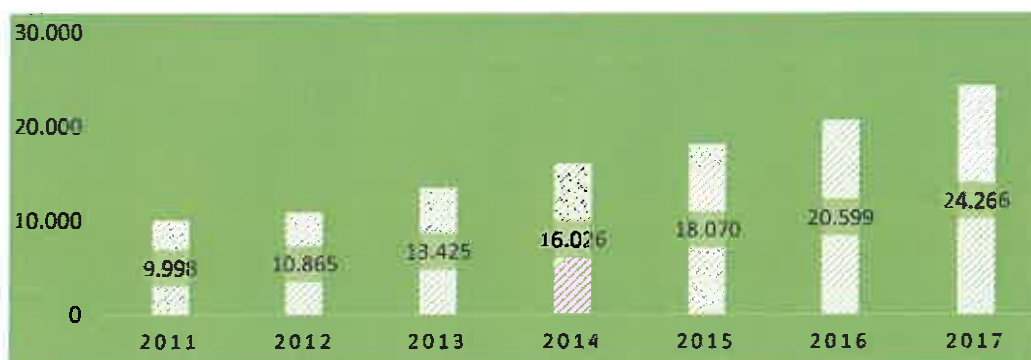
Como resultado deste investimento foi possível aumentarmos em cerca de 18% a recolha de resíduos urbanos contentorizados relativamente ao ano anterior, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação.

É nossa intenção continuar a levar à prática este trabalho de colocação de novos contentores, bem como requalificar os já existentes, dando assim uma imagem digna aos equipamentos de armazenamento de resíduos.

Pretendemos, também, dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam obter informações rigorosas e fiáveis, que resultarão numa maior eficácia na tomada de decisões e elevada eficiência e eficácia no trabalho a executar.

EVOLUÇÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

[TONELADAS]



// LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos, distribuídos por diversas zonas do concelho. Este serviço é efetuado nos seguintes locais: ROTA DA CITÂNIA, ROTA DE SÃO TORCATO, ROTA DA PENHA, CAMINHO REAL E PISTA DE CICLOTURISMO.

Continuamos a assumir a responsabilidade pela varredura e lavagem do Centro Histórico classificado, acrescentando, desta forma, uma maior responsabilidade para a empresa, tendo em conta a visibilidade que esta zona representa para a cidade.

Temos dado toda a importância a este serviço e demonstrado grande empenho na sua execução [por vezes muito difícil em alguns pontos do seu percurso]. No entanto, o *feedback* da grande maioria dos utilizadores destes espaços públicos tem sido muito positivo.

// GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PAYT NO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

*Concluído
por [assinatura]*

O paradigma da gestão de resíduos com base no princípio poluidor-pagador no Centro Histórico de Guimarães surgiu devido à implementação do projeto-piloto “O sistema Pay-as-you-throw: Estudo sobre a implementação no centro histórico de Guimarães e na Zona envolvente” (Mesquita, 2015).

Com início em janeiro de 2016, este projeto consistiu, numa fase inicial, na implementação de um circuito diário de recolha porta-a-porta de resíduos urbanos [RU] e recicláveis. Posteriormente, em abril de 2016 entrou em vigor o tarifário da gestão de resíduos, baseado num sistema PAYT. Neste sistema a tarifa variável, taxação dos utilizadores pelo volume de RU indiferenciados produzidos através da aquisição de sacos de tara perdida, passou a representar uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos. Desta forma, o sistema PAYT funciona como um sistema pré-pago, no qual a tarifa variável é liquidada aquando a compra do saco para a colocação dos resíduos indiferenciados.

Neste sistema, cada utilizador é tratado de acordo com a sua efetiva produção de resíduos e vê todos os seus esforços de redução, reutilização e reciclagem de resíduos repercutidos na tarifa a pagar. De uma forma global, é um instrumento económico que incentiva a redução na fonte da produção de resíduos e o aumento da reutilização e separação dos RU.

O principal objetivo do sistema “Pay-as-you-throw” no Centro Histórico é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;
- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às novas Diretivas Europeias em matéria ambiental e fortificam a atuação “mais verde” de Guimarães, capaz de conduzir os sistemas de gestão de resíduos urbanos a metas muito específicas e ambiciosas na área dos resíduos urbanos.

Ao longo de toda a operacionalização deste projeto, a monitorização do sistema foi contínua e foram realizadas campanhas de sensibilização e educação ambiental para a comunidade local para que estas utilizem o sistema com a máxima eficiência.

↓
Kemp
para a gestão de resíduos

De uma forma mais concreta, no primeiro ano PAYT foram realizadas várias ações de sensibilização e foram entregues, de forma gratuita, mini ecopontos domésticos, sendo que a Câmara Municipal ordenou a retirada de contentores e outro mobiliário urbano destinado ao depósito de resíduos no Centro Histórico. Foram também realizadas campanhas de sensibilização porta-a-porta, sessões públicas, foram divulgados resultados e entregue brochuras informativas. No segundo ano PAYT as ações porta-a-porta foram menos significativas e foi iniciado um programa trimestral de *workshops* e entrega de newsletters aos utilizadores PAYT. Além disso, foram permeados os utilizadores que se distinguiram por boa utilização do sistema PAYT durante o primeiro ano de implementação.

Este projeto concorre positivamente para a candidatura da cidade berço a Capital Verde Europeia, também pretende despertar nos moradores e comerciantes do Centro Histórico a importância da separação, em nome da sustentabilidade ambiental.

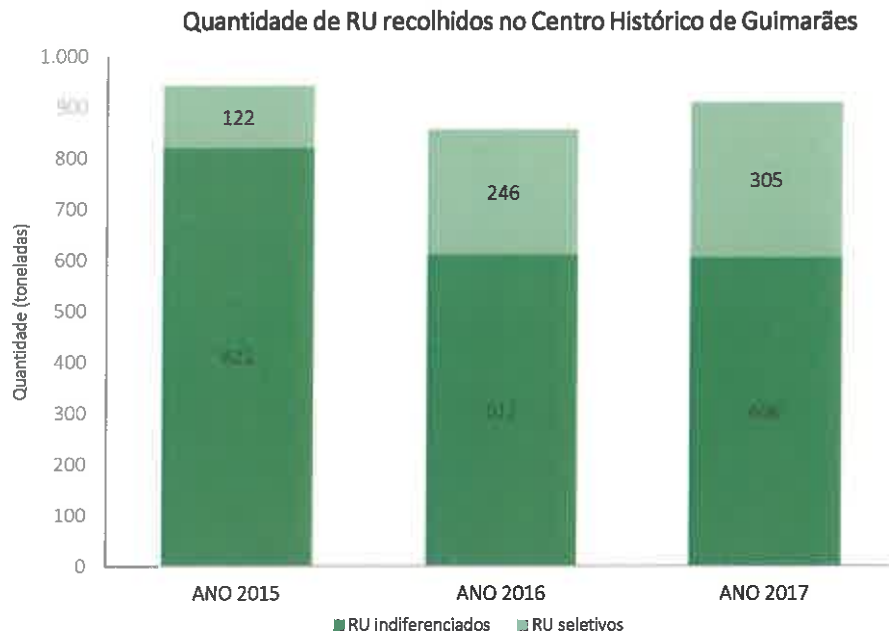
A cidade de Guimarães pretende tornar-se um exemplo na gestão dos resíduos e, com a adesão dos utilizadores ao sistema, a autarquia prevê reduzir significativamente a quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos.

Este projeto, inovador em Portugal, apresenta resultados promissores e isto levamos a pensar positivamente na sua solidificação.

O estudo e a avaliação de sistemas idênticos noutros países europeus referem que o PAYT resulta, ao final de um ano, num aumento de 30% da recolha seletiva e numa redução de 15% nos resíduos domésticos, valores largamente superados no primeiro ano de implementação no Centro Histórico de Guimarães, no qual (e tendo por base o ano civil) se registou um aumento de 101% da quantidade de RU recolhidos seletivamente e uma diminuição de 25% da quantidade de RU indiferenciados. A taxa de separação passou de 13% para 30% e desta forma, foram superados com distinção os objetivos propostos no primeiro ano de operacionalização.

No segundo ano, registou-se um novo aumento da separação dos RU. Comparativamente ao ano de 2016, a quantidade de RU alvo de recolha seletiva em 2017 teve um aumento bastante significativo, na ordem dos 124%. Por sua vez, a quantidade de RU indiferenciados teve uma diminuição de apenas 1% quando comparados com o ano de 2016. O ano de 2017 fechou com uma taxa de separação de 34%, valor bastante positivo de motivador que fortifica a solidificação do projeto, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da separação dos RU.

↓
Tempo
para o projeto

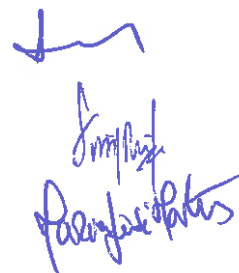


No entanto, tendo em conta que em 2017 terminou o segundo ano de implementação do projeto PAYT, pretendemos de uma forma mais pormenorizada, elaborar um relatório final referente aos dois anos de atividade onde será detalhado todo o processo, por forma a avaliarmos o impacto da operacionalização, na sua dimensão ambiental, social e financeira.

Em conclusão, as vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral, representaram cerca de 64% do volume de faturação da empresa.

SERVIÇO II

PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO


Simplicio
Passos e Patos

O automóvel ocupa espaço quando circula, mas passa a grande parte do tempo imobilizado, ocupando espaço privado e público, muitas vezes de forma abusiva e desordenada. As exigências de espaço para estacionamento acontecem, muitas vezes, nos locais onde este escasseia, como é o caso das áreas centrais das cidades. O espaço público é efetivamente um bem finito e valioso que deve ser partilhado por todos de forma equilibrada e ordenada, tendo em consideração as diferentes funções urbanas.

O estacionamento, bem como a sua gestão, é, por variadíssimas razões, a componente mais complexa das políticas relativas à mobilidade urbana. Envolve diferentes atores, entre eles as várias categorias de utilizadores com necessidades e interesses muito distintos, e por vezes, incompatíveis.

Por estes motivos, é fundamental que quem tem responsabilidade nesta área considere este tema de enorme importância, tentando sempre arranjar soluções ideais para as necessidades identificadas pelos seus utilizadores, bem como para aqueles que optam por outros meios para a sua mobilidade.

É com este propósito que a VITRUS encara o futuro do estacionamento público urbano. Entendemos que existem lógicas e soluções integradas de estacionamento que devem ser implementadas, pretendendo com isto incentivar e habituar os cidadãos a utilizarem o estacionamento que mais se adequam às suas necessidades.

Estamos já a trabalhar nesta ideia, convictos que estaremos a dar um passo fundamental para implementar na nossa cidade uma solução inovadora e transversal aquilo que deve ser o estacionamento público urbano regulado e moderno.

O estacionamento público urbano continua a ser uma grande aposta da empresa, tendo em conta o trabalho desenvolvido nos últimos anos, bem como aquele que queremos desenvolver até 31 de dezembro de 2024, data em que termina o contrato-programa entre o Município e a VITRUS. Neste período, tudo faremos para implementar na nossa cidade as melhores soluções de estacionamento existentes no mercado, colocando-as à disposição de todos aqueles que utilizam este tipo de infraestruturas.

Este é o compromisso que está plasmado no contrato-programa já em vigor e que determina uma receita fixa para o Município, bem como o investimento em novos equipamentos e soluções inovadoras.

// PARQUES PÚBLICOS

A procura de infraestruturas de estacionamento coberto, ou seja, aquele que pela sua particularidade e função permite uma utilização prolongada no tempo e sem limites de horário, continua a demonstrar um comportamento muito bom e a corresponder aos objetivos que preconizamos para este tipo de espaços.

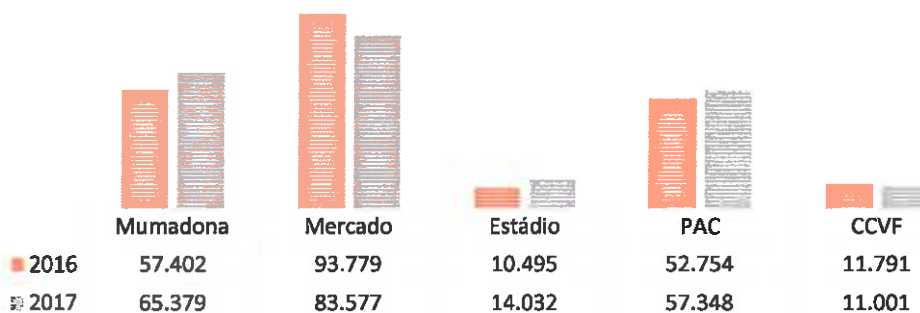
Handwritten signature and text:
J. J. J.
Paciência

No início de 2016 entrou em vigor o novo tarifário dos parques de estacionamento públicos. Esta medida tinha como principais objetivos: i) uniformizar os valores em todos os parques, sem qualquer distinção; ii) simplificar a informação a transmitir aos atuais e potenciais utentes; iii) aumentar a procura dos utilizadores de estacionamento de média e longa duração; iv) incentivar e demonstrar que o uso adequado dos parques é um fator cultural e ambientalmente correto; v) iniciar a uniformização de sistemas informáticos; vi) tornar mais eficaz e eficiente a alocação de recursos a este tipo de infraestruturas; vii) ir ao encontro dos preços que os cidadãos estão dispostos a pagar por este tipo de serviço.

Grande parte destes objetivos já foram concretizados e conseguidos no decurso de 2016 e 2017, nomeadamente a maior procura dos lugares de estacionamento através de assinatura mensais, bem como a uniformização dos sistemas de vigilância dos cinco parques públicos. A uniformização dos equipamentos e sistemas de gestão de acesso continua a ser levada à prática e terminará no decurso do ano de 2018.

Através da informação demonstrada nos gráficos abaixo, podemos verificar que o registo global de entradas de utilizadores rotativos nos parques mantiveram a tendência de crescimento. O número total de entradas nos cinco [5] parques é de 231.337, o que demonstra uma subida total de 2% relativamente ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ENTRADAS UTILIZADOR ROTATIVO



Relativamente à evolução do número de assinantes que manifestaram interesse em utilizarem as nossas instalações para estacionarem por períodos de tempo de média e longa duração, verificamos, à data de 31 de dezembro de cada ano analisado, que os pressupostos que idealizamos foram ao encontro daquilo que era a nossa pretensão, tendo em conta a lógica e as boas práticas que devem ser desenvolvidas na gestão integral do estacionamento público urbano.

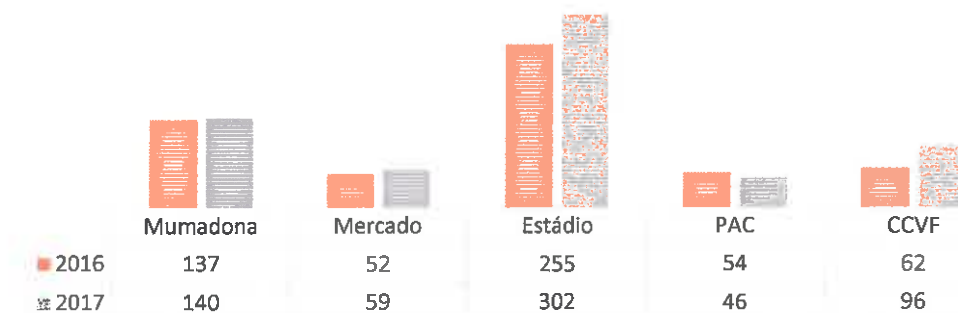
Nesta vertente do estacionamento, verificamos um aumento global na procura, tendo em conta o trabalho contínuo de sensibilização e promoção da utilização dos parques públicos.

Os aumentos mais significativos registaram-se nos parques Central Estádio e Centro Cultural Vila Flôr, onde o aumento foi de 18% e 55% respetivamente. O parque do Mercado registou também um aumento importante de 13%.

Handwritten signature and notes in blue ink.

EVOLUÇÃO DO N.º DE ASSINANTES

[a 31 de dezembro]



Os resultados obtidos levam-nos a concluir que as alterações já implementadas e o modelo de gestão seguidos foram os mais ajustados, tendo em conta a atual conjuntura.

Nesta área, do nosso ponto de vista, há ainda caminho a percorrer e alterações a implementar, por forma a que a utilização dos parques de estacionamento seja um hábito no dia-a-dia da população, sem preocupações, simples e prática.

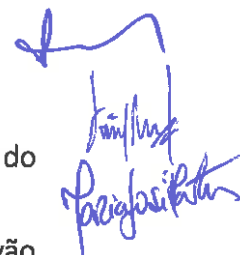
Este serviço representou cerca de 8% do volume de faturação da empresa.

// ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA [ZEDL]

Tendo em conta o importante papel que o estacionamento de duração limitada desempenha, atualmente, no ordenamento do trânsito na via pública e para o cumprimento do REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, estão designados seis agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado disponíveis em várias artérias da nossa cidade.

No exercício destas funções de fiscalização, no decurso de 2017, foram registados **38.176** avisos de pagamento prévio, com uma média mensal de **3.181**. Estes números refletem um acréscimo de cerca de 30% relativamente ao ano anterior.

Este significativo aumento reflete-se pela circunstância de continuarmos a desenhar estratégias diversificadas de fiscalização e termos implementado uma nova metodologia no exercício das nossas funções. Os primeiros anos de atividade permitiram-nos perceber com algum detalhe os comportamentos desviantes dos utilizadores deste tipo de estacionamento e, por este motivo, tínhamos que



arranjar soluções diferentes para contornar algumas situações mais delicadas do dia-a-dia.

Com a experiência já adquirida, continuaremos com melhoramentos que vão sendo identificados, com a finalidade de melhorar o serviço prestado a este nível, tendo em conta a satisfação da população em geral. Deste modo, pensamos nós, estarmos a contribuir para que o estacionamento rotativo seja um bom exemplo de funcionamento, para bem de todos.

Em 2017, a linha de tendência da emissão do número de avisos de pagamento é crescente, verificando-se agora um aumento de cerca de 30%, sendo que a receita deste mesmo serviço foi acompanhado com um aumento de 2%.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de 20% do volume de faturação da empresa.

// LIMPEZA DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

O serviço de limpeza de edifícios públicos passa fundamentalmente pela limpeza de edifícios que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães.

Alguns dos espaços onde atuamos são: CENTRAL DE CAMIONAGEM, MERCADO MUNICIPAL, FEIRA RETALHISTA, CPCJ, LOJA PONTO JÁ, ESPAÇO SAUDE JOVEM, GABINETE PSICOLOGIA, POSTOS DE TURISMO, OFICINAS GERAIS, WC's PÚBLICOS, POLICIA MUNICIPAL, LABORATÓRIO DA PAISAGEM, ARQUIVO MUNICIPAL, AVE PARK, CÂMARA MUNICIPAL, BIBLIOTECA RAÚL BRANDÃO, CIÊNCIA VIVA, INCUBADORA PAC, LOJA GUIMARÃES MARCA, BANDAS DE GARAGEM, etc.

Nesta área de intervenção, podemos considerar que 2017 foi um ano com um aumento significativo de serviço relativamente ao ano transato. Continuamos com a mesma atitude, empenho e profissionalismo, para, desta forma, merecer toda a confiança dos nossos utilizadores.

Por se tratar de um serviço de grande importância e interesse, continuaremos a dar-lhe a importância que merece, pois tratam-se de instalações de uso público, utilização massiva, o que traduz grande exigência e permanência.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas em número suficiente e adequado aos locais, sendo contemplado todo o equipamento necessário para o desempenho das tarefas inerentes.

Futuramente, procuraremos novos serviços por forma a ganhar dimensão e estudaremos novas e melhores soluções de execução do serviço, quer através de equipamentos inovadores, quer através de novos métodos e técnicas de trabalho, com objetivo principal de satisfazer os utilizadores das instalações em causa.

Este serviço representou cerca de 6% do volume de faturação da empresa.

// SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

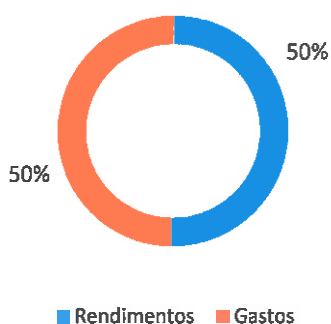
Handwritten signature:
P. Ribeiro

A VITRUS no exercício do ano de 2017 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 13.647,70 Euros [treze mil, seiscentos e quarenta e sete euros e setenta cêntimos].

// RENDIMENTOS E GASTOS

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 22.340,26 Euros [vinte e dois mil, trezentos e quarenta euros e vinte e seis cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

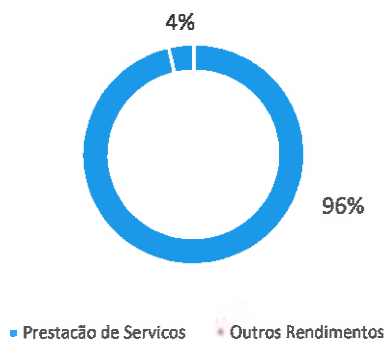
A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:



// RENDIMENTOS

O valor de 2.712.580,94 Euros representa, na totalidade, o volume de negócios durante o ano de 2017, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano].

O valor relativo de 4%, no montante de 105.139,98 Euros [cento e cinco mil, cento e trinta e nove euros e noventa e oito cêntimos] refere-se à cobrança dos avisos de pagamento prévio, no exercício da fiscalização das ZEDL, aos apoios a programas aprovados pelo IEFP e pelo POSEUR ao projeto de implementação do PAYT no Centro Histórico, através de subsídio à exploração, sinistros e outros não especificados.

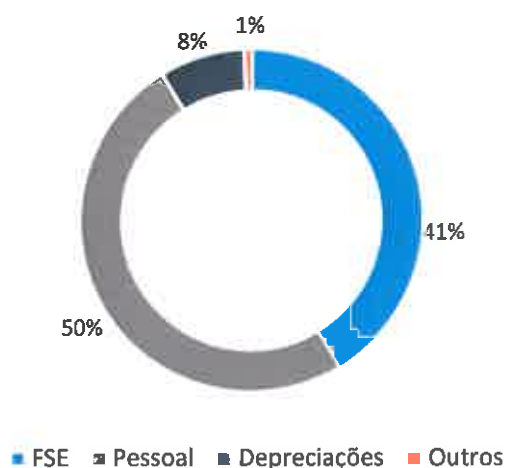


Handwritten signature:
F. Silva
P. Silva

// GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2017, o valor cifrou-se nos 2.795.380,66 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [1.394.889,72 Euros] com uma representação de cerca de 50%; **Fornecimento e Serviços Externos** [1.154.506,91 Euros] que representaram cerca de 41% dos gastos totais; **Depreciações e Amortizações** [224.568,85 Euros] o equivalente a 8% e como **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [21.415,18 Euros], com uma representatividade de 1%.

distribuição dos gastos



// INVESTIMENTOS

Em 2017 o valor do investimento foi de 465.933,57 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de viaturas pesadas para recolha de resíduos, em contentores enterrados e semienterrados, na aquisição de soluções informáticas para modernização administrativa e respetivo equipamento informático, etc. Podemos considerar que o ano 2017 continuou a ser um ano de forte investimento para a VITRUS, a exemplo do que tem acontecido no passado.

// ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas em mora à Segurança Social, nem à Direção Geral de Contribuições e Impostos, ao abrigo dos Decretos Leis n.º(s) 411/91 e 534/80 respetivamente.

// SÍNTESE DE INDICADORES

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a "saúde" que a empresa apresentou no ano em análise.

INDICADORES	2017	2016
EBITDA	260.127,04 €	217.507,91 €
EBIT	35.558,19 €	38.110,23 €
Rendibilidade Operacional (EBITDA/VN)	9.59%	9,59 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	1.587.390,77 €	1.192.212,64
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	40	37
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	56	68
Autonomia Financeira (CP/A)	35,56 %	39,10 %
Endividamento (P/A)	64,44 %	60,90 %
Solvabilidade (CP/P)	55,17 %	64,21 %
Liquidez Geral	0,47	0,49
Liquidez Reduzida	0,47	0,49
Rendibilidade do Capital Próprio	1.87 %	2.58 %
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	728.930,08 €	670.979,23 €
Volume de Negócios Total	2.712.580,94 €	2.268.025,00 €
Investimento	465.933,57 €	564.423,99 €

// FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras


// AÇÕES PRÓPRIAS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

A
Amplif.
Patricio de Pina

// AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais a Vitrus declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.


Imprimir
Página 18 de 18

// PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A VITRUS está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A VITRUS recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.

// PERSPETIVAS FUTURAS

Handwritten signature and text:
[Signature]
PERSPETIVAS FUTURAS

Os objetivos estratégicos da VITRUS para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da VITRUS será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encararmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

// PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2017, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 13.647,70 Euros [treze mil, seiscentos e quarenta e sete euros e setenta cêntimos], da seguinte forma:

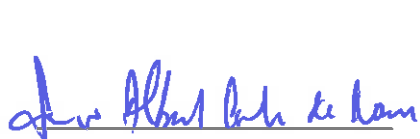
Reserva Legal [10%]	1.364,77 Euros
----------------------------	-----------------------

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

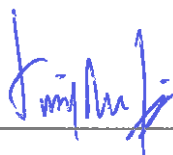
Resultados Transitados	12.282,93 Euros
-------------------------------	------------------------

Guimarães, 9 de março de 2018

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

// DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

[montantes expressos em Euros]

Handwritten signature and text:
[Signature]
Principais dados

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FLUXOS DE CAIXA

ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2017

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	1.536.870,14	1.292.043,83
Ativos intangíveis	9	15.282,00	18.743,59
Outros investimentos financeiros	12.2	5.835,01	2.341,06
<i>Subtotal</i>		1.557.987,15	1.313.128,48
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.1	362.976,36	285.783,10
Estado e outros entes públicos	15.1	0,00	23.836,55
Outros créditos a receber	12.1	37.536,74	7.048,08
Diferimentos	15.2	13.405,85	21.277,88
Caixa e depósitos bancários	5	78.238,82	64.887,84
<i>Subtotal</i>		492.157,77	402.833,45
Total do Ativo		2.050.144,92	1.715.961,93
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255.343,00	255.343,00
Reservas legais	15.3	42.481,86	40.747,73
Resultados transitados	15.3	373.154,37	357.547,16
Outras variações no capital próprio	14	44.303,15	
<i>Subtotal</i>		715.282,38	653.637,89
Resultado líquido do período		13.547,70	17.341,34
Total do Capital Próprio		728.930,08	670.979,23
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	278.228,17	205.967,78
Outras dívidas a pagar		0,00	21.137,16
<i>Subtotal</i>		278.228,17	227.104,94
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	219.715,60	247.935,14
Estado e outros entes públicos	15.1	53.145,30	33.376,78
Financiamentos obtidos	8/12.3	427.500,01	334.134,16
Outras dívidas a pagar	12.1	342.625,76	202.431,68
<i>Subtotal</i>		1.042.986,67	817.877,76
Total Passivo		1.321.214,84	1.044.982,70
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.050.144,92	1.715.961,93

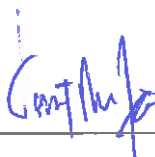
A Contabilista Certificada, n.º 57501


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

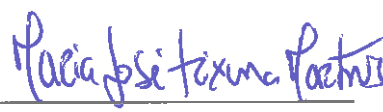
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

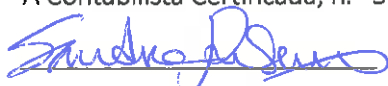


Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	2.712.580,94	2.268.025,81
Subsídios à exploração		29.316,74	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-1.154.506,91	-1.075.813,17
Gastos com pessoal	13	-1.394.889,72	-1.025.216,58
Outros rendimentos	15.5	75.823,24	55.653,80
Outros gastos		-8.197,25	-5.141,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		260.127,04	217.507,95
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-224.568,85	-179.397,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		35.558,19	38.110,23
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-13.217,93	-13.069,95
Resultado antes de impostos		22.340,26	25.040,28
Impostos sobre o rendimento do período	11	-8.692,56	-7.698,94
Resultado líquido do período		13.647,70	17.341,34

A Contabilista Certificada, n.º 57501



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

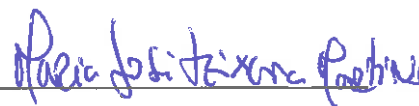
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		2.731.426,26	2.242.947,32
Pagamentos a fornecedores		-1.288.845,48	-1.121.375,26
Pagamentos ao pessoal		-1.263.616,63	-931.907,46
Caixa geradas pelas operações		178.964,15	189.664,60
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		16.412,06	-21.717,74
Outros recebimentos/pagamentos		56.122,25	74.603,64
Fluxos das atividades operacionais (1)		251.498,45	242.550,50
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-187.706,84	-286.185,52
Ativos intangíveis		-6.067,18	-4.848,11
Investimentos financeiros		-3.390,24	-1.826,22
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		44.128,70	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-153.035,56	-292.859,85
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		100.000,00	75.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-171.893,99	-100.285,27
Juros e gastos similares		-13.217,93	-13.069,95
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-85.111,92	-38.355,22
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		13.350,98	-88.664,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		64.887,84	153.552,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	78.238,82	64.887,84

A Contabilista Certificada, n.º 57501

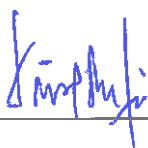


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

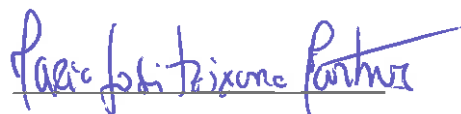
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

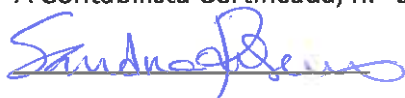


Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS 2016 E 2017

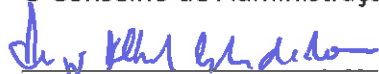
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2016		182.827,00	30.673,44	266.878,57	0,00	100.742,88	581.121,89
Alterações no período		0,00	10.074,29	90.668,59	0,00	-100.742,88	0,00
Outras alterações reconhecidas no CP		0,00	10.074,29	90.668,59	0,00	-100.742,88	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	17.341,34	17.341,34
Operações com detentores de cap. no período		72.516,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		72.516,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.516,00
Posição 31 Dezembro 2016	15.3	255.343,00	40.747,73	357.547,16	0,00	17.341,34	670.979,23
Posição 1 de Janeiro 2017		255.343,00	40.747,73	357.547,16	0,00	17.341,34	670.979,23
Alterações no período		0,00	1.734,13	15.607,21	44.303,15	-17.341,34	44.303,15
Outras alterações reconhecidas no CP	15.3	0,00	1.734,13	15.607,21	44.303,15	-17.341,34	44.303,15
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	13.647,70	13.647,70
Operações com detentores de cap. no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 Dezembro 2017	15.3	255.343,00	42.481,86	373.154,37	44.303,15	13.647,70	728.930,08

A Contabilista Certificada, n.º 57501



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

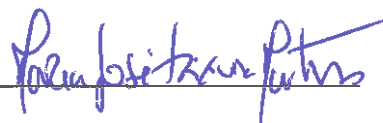
O Conselho de Administração



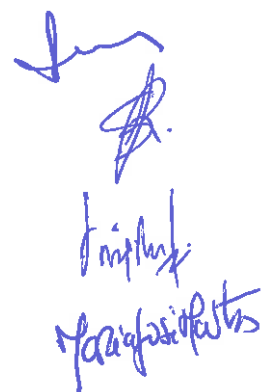
Presidente
Sérgio Castro Rocha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins



Handwritten signature and stamp in blue ink, likely a notary or official seal, located in the top right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2017

(Montantes expressos em Euros)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 – Sede

Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 – NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de Outubro do mesmo ano. A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:

- Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
- Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.

2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:

- Parques públicos;
- Zona de estacionamento de duração limitada (ZEDL).

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei nº 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

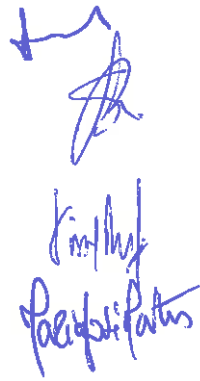
3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em “edifícios e em outras construções de propriedade alheia” as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das amortizações. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	6 anos
Programa antivírus	3 anos



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Kingsley Parafelista'.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 17% aplicável aos (euro) primeiros 15000 de matéria coletável, sendo de 21% aplicável ao excedente. A Derrama municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em € 2.000.000.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da



reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

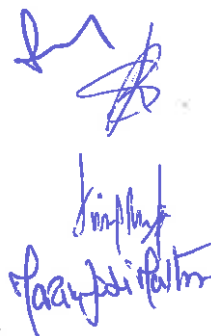
As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo. As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo amortizado. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o



investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica Outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

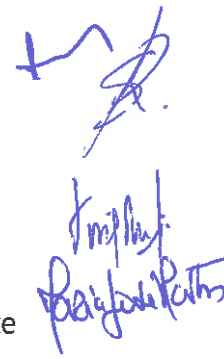
Locações

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela



Handwritten signature and name in blue ink, likely identifying the author or reviewer of the document.

ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.”

Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Eventos Subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

4.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Vitrus.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

5 - FLUXOS DE CAIXA

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Conta	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	11	36.955,12	24.168,37
Depósitos à ordem	12	41.283,70	40.719,47
Totais meios financeiros líquidos		78.238,82	64.887,84



Amílcar
Pereira da Costa

6 – PARTES RELACIONADAS

a) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: Câmara Municipal de Guimarães.

b) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.483,14 euros, após dedução da taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público.

c) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

- i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.
- ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, durante o ano de 2017, à Câmara Municipal de Guimarães.
- iii) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica “clientes” apresenta um saldo devedor no valor de 362.976,36€ dos quais 19.521,62€ correspondem à fatura emitida ao Município respeitante ao mês de dezembro referente ao serviço de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais. A rubrica “fornecedores” apresenta um saldo credor de 219.715,60€ dos quais 70.725,00€ correspondem à fatura emitida pelo Município respeitante ao quarto trimestre de 2017 referente à concessão do estacionamento público.
- iv) Em 2017 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 222.419,63€ na ótica de nosso cliente e de 295.924,93€ enquanto nosso fornecedor.

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2015	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2016
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	314.553,58	0,00			63.421,55	377.975,13
Equipamento básico	695.996,94	219.578,18				915.575,12
Equipamento de transporte	122.235,68	250.153,05				372.388,73
Equipamento administrativo	67.154,81	12.298,85				79.453,66
Outros ativos fixos tangíveis	4.695,89	12.446,39				17.142,28
AFT em curso	0,00	63.421,55			-63.421,55	0,00
Ativo fixo tangível bruto	1.204.636,90	557.898,02	0,00	0,00	0,00	1.762.534,92
Depreciações	296.035,52	174.455,57				470.491,09
Depreciações acumuladas	296.035,52	174.455,57	0,00	0,00	0,00	470.491,09
Ativo tangível líquido	908.601,38	383.442,45	0,00	0,00	0,00	1.292.043,83

Descrição	31-12-2016	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2017
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	377.975,13	0,00			0,00	377.975,13
Equipamento básico	915.575,12	160.108,19				1.075.683,31
Equipamento de transporte	372.388,73	284.674,46				657.063,19
Equipamento administrativo	79.453,66	20.008,25				99.461,91
Outros ativos fixos tangíveis	17.142,28	0,00				17.142,28
AFT em curso	0,00	0,00			0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	1.762.534,92	464.790,90	0,00	0,00	0,00	2.227.325,82
Depreciações	470.491,09	219.964,59				690.455,68
Depreciações acumuladas	470.491,09	219.964,59	0,00	0,00	0,00	690.455,68
Ativo tangível líquido	1.292.043,83	244.826,31	0,00	0,00	0,00	1.536.870,14

8 – LOCAÇÕES

Locações financeiras

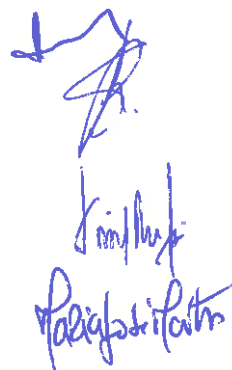
- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	Valor aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
50 contentores (moloks)	146.639,37	76.374,67	70.264,70
10 parcómetros	49.000,00	14.291,67	34.708,33
Viatura elétrica Goupil G3	33.640,50	7.709,28	25.931,22
Viatura elétrica Goupil G5	41.820,00	9.583,75	32.236,25
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192.372,00	37.609,56	154.762,44
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42.811,23	2.675,70	40.135,53
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194.709,00	4.867,72	189.841,28
Total	700.992,10	153.112,35	547.879,75

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2018	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400105419	27.614,33	0,00	0,00	27.614,33
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400110233	11.047,39	0,00	0,00	11.047,39
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088352	10.260,19	2.387,61	0,00	12.647,80
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088353	12.754,84	2.968,23	0,00	15.723,07
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA Contrato n.º 100088710	24.096,76	109.595,44	0,00	133.692,20
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400116724	7.497,78	27.939,11	0,00	35.436,89
Banco Comercial Português, S.A. Contrato n.º 400117957	34.228,72	135.337,78	0,00	169.566,50
Total das locações financeiras	127.500,01	278.228,17	0,00	405.728,18



9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2015	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2016
Ativos intangíveis						
Programas de computador	30.966,59	4.489,92	0,00	0,00	0,00	35.456,51
Ativo fixo tangível bruto	30.966,59	4.489,92	0,00	0,00	0,00	35.456,51
Amortizações	11.770,77	4.942,15	0,00	0,00	0,00	16.712,92
Amortizações acumuladas	11.770,77	4.942,15	0,00	0,00	0,00	16.712,92
Ativo intangível líquido	19.195,82	-452,23	0,00	0,00	0,00	18.743,59

Descrição	31-12-2016	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2017
Ativos intangíveis						
Programas de computador	35.456,51	1.142,67	0,00	0,00	0,00	36.599,18
Ativo fixo tangível bruto	35.456,51	1.142,67	0,00	0,00	0,00	36.599,18
Amortizações	16.712,92	4.604,26	0,00	0,00	0,00	21.317,18
Amortizações acumuladas	16.712,92	4.604,26	0,00	0,00	0,00	21.317,18
Ativo intangível líquido	18.743,59	-3.461,59	0,00	0,00	0,00	15.282,00

10 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2017	2016
Prestações de serviços		
Higiene urbana	1.812.781,06	1.481.632,10
Limpeza edificios públicos	166.147,22	119.313,73
Recolha de parques de estacionamento	233.734,28	194.730,32
Recolha de parcometros	499.918,38	472.349,66
Total	2.712.580,94	2.268.025,81

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	2017	2016
Resultado antes imposto	22.340,26	25.040,28
Resultado antes imposto sujeito	22.340,26	25.040,28
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	8.692,56	7.698,94

*Inclui tributação autónoma

12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	362.976,36	0,00	362.976,36	285.783,10	0,00	285.783,10
Outros créditos a receber	37.536,74	0,00	37.536,74	7.048,08	0,00	7.048,08
Total do ativo	400.513,10	0,00	400.513,10	292.831,18	0,00	292.831,18
Passivo						
Fornecedores	219.715,60	0,00	219.715,60	247.935,14	0,00	247.935,14
Outras dívidas a pagar	342.625,76	0,00	342.625,76	202.431,68	0,00	202.431,68
Total passivo	562.341,36	0,00	562.341,36	450.366,82	0,00	450.366,82
Total líquido	-161.828,26	0,00	-161.828,26	-157.535,64	0,00	-157.535,64

As Outras dívidas a pagar englobam as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 143.863,95€;

Handwritten signature and text:
 António
 Presidente

- Credores por acréscimos no valor de 185.899,61€;
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 12.862,20€.

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos. Em 31 de dezembro de 2017, os FCT apresentavam o valor de 5.835,01€, comparativamente com a quantia de 2.341,06€ em finais de 2016.

12.3 – Financiamentos obtidos

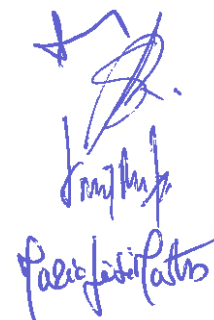
Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Passivos						
Empréstimos bancários (Conta caucionada)	300.000,00	0,00	300.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	127.500,01	278.228,17	405.728,18	84.134,16	205.967,78	290.101,94
Total	427.500,01	278.228,17	705.728,18	334.134,16	205.967,78	540.101,94

13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2017	2016
Remuneração do membro do órgão social	34.682,46	32.841,77
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	7.848,37	7.546,82
Remunerações do pessoal	999.345,14	744.498,65
Encargos sobre remunerações	208.147,05	154.912,11
Indemnizações	0,00	0,00
Acréscimos remunerações a liquidar	62.649,36	26.118,64
Seguros de acidentes trabalho	41.978,19	22.863,02
Outros gastos	40.239,15	36.435,57
Total	1.394.889,72	1.025.216,58



A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

O número médio de empregados durante o período de 2017 foi de 103.

A 31 de dezembro de 2017 o número de colaboradores era de 114.

14- SUBSÍDIOS E OUTROS APOIO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados quer do reconhecimento direto em gastos do exercício, na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Inicial	Movimento	Movimento	Saldo Final
Outras variações no capital próprio	(01-01-2017)	débito	crédito	(31-12-2017)
Subsídio ao investimento				
Subsídio atribuído (conta 5931)	0,00	19.164,23	76.329,58	57.165,35
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	0,00	17.174,16	4.311,96	-12.862,20
Total (conta 59)	0,00	36.338,39	80.641,54	44.303,15

O montante de subsídios provenientes do POSEUR (à exploração e ao investimento) efetivamente recebidos durante o exercício de 2017 ascende a 69.219,66€, sendo que permanece por receber o montante de 32.200,88€, referente ao investimento, o qual se espera vir a receber no decorrer do presente ano de 2018.

O subsídio atribuído pelo POSEUR destina-se à “implementação de um projeto piloto do Sistema Pay-As-You-Throw (PAYT) no Centro Histórico de Guimarães”.

A Zona de Intervenção da Operação insere-se na União de Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, que constituem a principal freguesia, e mais central, de Guimarães. Esta área é constituída por um total de 32 ruas, caracterizadas por uma elevada densidade de construção predominada pela habitação e pelo comércio.

O sistema PAYT também referido como sistema de tarifa variável, constitui um sistema que pretende imprimir uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos urbanos. Este sistema baseia-se na aplicação de dois princípios fundamentais: o princípio do poluidor – pagador e o conceito da responsabilidade partilhada.

A implementação do Pay-As-You-throw imprime uma nova e diferente metodologia na qual o utilizador é tratado de acordo com a sua efetiva produção de resíduos urbanos, vendo isso repercutido na tarifa a pagar. Este sistema penaliza a produção de resíduos, incentivando a redução na fonte de produção de resíduos e o aumento da separação da fração reciclável, assim como a reutilização.

A operação compreendeu duas fases: numa primeira fase realizou-se uma ação de divulgação e sensibilização, com o objetivo da consciencialização ambiental da população sobre a importância da implementação da presente operação e, numa segunda fase, implementou-se o próprio Sistema PAYT através de aquisição de contentores que foram distribuídos pela população. A implementação desta operação impôs uma reformulação na rede de recolha, tendo sido necessária a aquisição de duas viaturas elétricas de dimensões reduzidas que permitem que a recolha seja efetuada em todas as ruas da Zona de intervenção. Estas viaturas destinam-se à recolha seletiva dos resíduos indiferenciados objeto deste sistema PAYT e das embalagens, papel e cartão.

O PAYT contribui diretamente para dois pilares fundamentais da hierarquia de resíduos: o da minimização da produção de resíduos e o do aumento dos resíduos recolhidos seletivamente, objetivos estes também definidos no PERSU 2020.


Neste sentido, a Operação “ Implementação do Sistema Pay-As-You-Throw – PAYT no Centro Histórico de Guimarães” visa a implementação de um modelo de gestão de resíduos no qual o produtor paga os resíduos produzidos, desincentivando a produção de resíduos indiferenciados, promovendo a sua participação, e contribui para o aumento da recolha seletiva, com vista a sua posterior reciclagem.

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	0,00	0,00	0,00	22.886,06	0,00	22.886,06
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	950,49	0,00	950,49
Total	0,00	0,00	0,00	23.836,55	0,00	23.836,55
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	2.218,56	0,00	2.218,56	0,00	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento	3.499,00	0,00	3.499,00	2.240,00	0,00	2.240,00
IVA a pagar	12.428,89	0,00	12.428,89	10.168,05	0,00	10.168,05
Contribuições segurança social	34.649,01	0,00	34.649,01	20.731,04	0,00	20.731,04
Outras tributações (fundos compensação)	349,84	0,00	349,84	237,69	0,00	237,69
Total	53.145,30	0,00	53.145,30	33.376,78	0,00	33.376,78


 Participações

15.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	11.854,27	0,00	11.854,27	17.940,36	0,00	17.940,36
Rendas	0,00	0,00	0,00	1.537,50	0,00	1.537,50
Leasings/ALD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.551,58	0,00	1.551,58	1.800,02	0,00	1.800,02
Total	13.405,85	0,00	13.405,85	21.277,88	0,00	21.277,88

15.3 - Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Capital próprio		
Capital subscrito	255.343,00	255.343,00
Reservas legais	42.481,86	40.747,73
Resultados transitados	373.154,37	357.547,16
Outras variações no capital próprio	44.303,15	0,00
Resultado líquido do período	13.647,70	17.341,34
Total	728.930,08	670.979,23

15.4 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:



Fornecimentos e serviços externos	2017	2016
Serviços especializados	367.826,83 €	331.554,51 €
Trabalhos Especializados	71.328,94	77.426,88
Honorários	25.263,40	49.912,32
Conservação e reparação	246.980,31	167.636,64
Outros	24.254,18	36.578,67
Materiais	97.232,00	159.456,68
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	92.505,05	97.499,85
Sacos PAYT	295,20	54.814,95
Outros	4.431,75	7.141,88
Energia e fluidos	216.619,75	160.908,78
Combustíveis	191.089,01	136.032,66
Outros	25.530,74	24.876,12
Deslocações, estadas e transportes	14.458,69	11.996,23
Deslocações e estadas	14.440,69	11.953,46
Outros	18,00	42,77
Serviços diversos	458.369,64	411.896,97
Rendas e alugueres	331.307,68	308.404,44
Outros	127.061,96	103.492,53
Total	1.154.506,91	1.075.813,17

15.5 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “outros rendimentos e ganhos” contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos municípios aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcometros, sendo o valor de 54.207,50€. Também abrange a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 19.164,23€, entre outras rubricas de valor residual.

15.6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2017, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 13.647,70 euros (treze mil, seiscentos e quarenta e sete euros e setenta cêntimos), da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 1.364,77 euros;
- o remanescente 12.282,93 euros para resultados transitados.

16 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 9 de março de 2018. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2017, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Guimarães, 9 de março de 2018

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro n.º 57510

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Castro Rocha




Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

// ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO


Handwritten signature
Paciência



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.050.145 euros e um total de capital próprio de 728.930 euros, incluindo um resultado líquido de 13.648 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos



de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 09 de março de 2018

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, registo CMVM nº 20160889)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO EXERCÍCIO DE 2017

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, SA.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Os procedimentos seguidos permitem-nos concluir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade da Sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira;
- os actos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;
- a informação contida no Relatório de Gestão está conforme com a situação financeira que a empresa deve prestar;
- a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, foi emitida sem reservas;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, entendemos que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário cumpre os deveres de relato estabelecidos.

3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- As Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração quanto ao exercício de 2017 merecem aprovação.
- A proposta de aplicação de resultados contida no referido Relatório de Gestão merece igualmente aprovação;
- A Assembleia Geral deve proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do art.º. 455º. do Código das Sociedades Comerciais

Braga, 9 de março de 2018

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda

Registo CMVM nº 20161463

Representada por


Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, registo CMVM nº 20160889)


Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)